

A sexualidade em questão: o Pecado Original de Adão e Eva e o caráter negativo do ato sexual na *Summa Theologiae* (1273), de Tomás de Aquino

Pablo Gatt

Universidade Federal do Maranhão
São Luís - Maranhão - Brasil
gattpablo@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir a aversão ao corpo humano, à sexualidade e ao ato sexual. Estes últimos, quando não praticados com o intuito da reprodução, eram considerados como consequências negativas do ato de desobediência primário de Adão e Eva. Sendo assim, analisaremos os contextos aos quais o caráter pejorativo perpetuou-se, como algumas visões defendidas pelos Padres da Igreja, apresentando o Pecado Original na concepção de Tomás de Aquino em sua obra *Summa Theologiae* (1273). Ao examinar o documento, situamo-nos como parte integrante do discurso religioso dominante do imaginário centro-medieval, visto que manifestam desprezo tanto ao corpo feminino quanto ao ato sexual quando praticado livremente, considerando-os como caminhos que levam ao afastamento da presença divina.

Palavras-chave: Sexualidade. Corpo. Pecado. Tomás de Aquino. *Summa Theologiae*.

Introdução

Uma vez que “no princípio tudo era desobediência” (COCCIA, 2015, p. 1), o pecado original de Adão e Eva acarretou para a posterioridade uma mudança significativa na natureza humana, gerando consequências como a morte, a impossibilidade do deleite eterno e a necessidade de manutenção do sustento pessoal por meio do trabalho árduo e diário. O Pecado Original fomentou para a natureza do gênero humano, segundo Agostinho de Hipona, uma mudança para pior, determinando todo o destino dos homens.

Assim como a figura da mulher, o corpo na Idade Média estava permeado por um imaginário de cunho negativo, o qual fora concebido anteriormente ao período em questão e intensificado pelos discursos religiosos propagados pela Igreja Católica medieval. O discurso clerical depreciou sob todos os aspectos quaisquer assuntos relacionados ao corpo feminino, sendo a figura da mulher no período comparada, na maioria das vezes, à Eva, tida constantemente como pecadora e responsável por levar Adão e toda humanidade a viverem de maneira pecaminosa. Frente a essa noção, os objetivos deste trabalho são o de mostrar como a sexualidade fora depreciada pelos discursos religiosos e como se deram tais privações aos desejos da carne, uma vez que toda justificativa do discurso católico esteve pautada no Pecado Original de Adão e Eva. É interessante se observar que, no período

anterior à Idade Média, o corpo e o prazer sexual eram demasiadamente valorizados em pinturas, esculturas e peças de teatro, alterando-se no medievo os temas artísticos para uma visão completamente religiosa, em que o âmbito religioso legitimava a maioria das práticas do cotidiano.

As designações negativas dadas a certos contextos históricos é nada mais do que um mecanismo de ordenação do mundo pelas instituições nele presentes, instituições essas que pretendem ser unívocas e calar qualquer voz que destoe de seu coro. Em nosso caso, os rótulos de obscuro, pecado, pecaminoso, maligno ou impróprio, predominantes e atribuídos ao medievo e ao homem do período – entre muitos outros adjetivos –, servem para a manutenção do poder do discurso religioso predominante, uma vez que o rótulo é tido como regra e a verdade, por sua vez, não agrada.

Podemos considerar o homem¹ como alteridade e como um discurso de si, visto que é uma entidade dividida entre uma prática discursiva homogênea da ortodoxia e os lances esparsos do ser heterodoxo. Concomitantemente, o homem cristão da Idade Média², bem como o homem de todas as épocas históricas, esteve dividido entre a ortodoxia e a heterodoxia. Sendo assim construído historicamente e envolvido pelas práticas discursivas de seu tempo, nossa pesquisa guia-se à análise do imaginário do homem centro-medieval e ao estigma pecaminoso acarretado à carne, justificado no discurso religioso e no desejo sexual do Pecado Original de Adão e Eva segundo Tomás de Aquino em sua obra *Summa Theologiae* (1273). Não pretendemos fazer uma análise voltada para as origens, procurando compreender quando se iniciou o estigma ao corpo, principalmente o corpo feminino ou a repressão ao ato sexual, mas buscaremos analisar esse estigma e esse controle na justificação do Pecado Original de Adão e Eva no discurso católico através do imaginário centro-medieval, investigando o discurso religioso da época acerca do corpo e do pecado em seu tempo e no seu funcionamento.

¹ Para fins desse trabalho, referimo-nos aqui sempre que citada a palavra “homem”, indivíduo, homem medieval, homem daquele período ou o homem da Idade Média, como a criatura de Deus segundo a antropologia cristã medieval, de acordo com Jacques Le Goff em sua obra *O homem medieval*, de 1989. A palavra “indivíduo” usada para representar o homem do período medieval neste trabalho refere-se ao *Homo Viator* de acordo com a “antropologia teológica” medieval. É um homem que através e unicamente da representação cristã dá sentido e ordem ao mundo.

² O período que conhecemos como Idade Média foi o tempo em que reinou o Cristianismo. O termo Idade Média é uma rotulação *a posteriori* ao próprio período. O conceito de Idade Média carrega em si um teor preconceituoso e de desprezo, fora criado no século XVI, como negação ao período anterior, e reforçado no século XVII pelo francês Charles De Frisne Du Cange e pelo alemão Christoph Keller. Usamos neste trabalho como temporalidade a duração de cerca de um milênio (séc. IV-XVI) para toda vez que aparecer o termo Idade Média ou período medieval, entretanto, qualquer que fosse o fim do período, aconteceria devido a parusia. Para mais informações consultar a obra de Hilário Franco Junior, *Idade Média: Nascimento do Ocidente* (2001).

Embora os temas a serem discutidos estejam relacionados à Idade Média, algumas prerrogativas do controle dos corpos não mudaram: atualmente, a sexualidade e a religião ainda são vistas como tabu. O corpo, o prazer, a diversidade religiosa e as relações que fogem ao padrão ou ao tradicional são taxadas como errôneas, recebendo rótulos negativos, e são classificadas como necessárias de correção, emergindo-se, assim, uma necessidade de se tratar temas antigos que ainda vigoram e se fazem presentes em nossa sociedade, visto que muitos desses temas se encontram sobre uma película da obscuridade.

Assim dizendo, as diversidades cultural, social e religiosa presentes e visíveis em nosso meio, sofrem pelas tentativas de grupos hegemônicos e conservadores que buscam estabelecer socialmente as suas concepções de correto e impô-las aos demais. A exemplo da contínua manutenção do controle dos corpos, tem-se o exemplo recente da performance de Wagner Schwartz durante a 35ª edição do evento *Panorama de Arte Brasileira* - que ocorreu em setembro de 2017, no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Sua performance dizia respeito aos enigmas do corpo, inspirada na obra *Bicho* da pintora e escultora brasileira Lygia Clark, que sofreu inúmeros ataques advindos de parcelas sociais e religiosas, bem como de adeptos de movimentos conservadores e retrógrados. O intuito de decifrar os enigmas do corpo, de promover a interação natural entre o homem e a sua forma física fora avacalhado ao receber inúmeras críticas por contar com a participação de uma criança, a qual tocou no tornozelo do artista, que na ocasião encontrava-se nu. Embora na entrada da exposição houvesse uma placa de explicação da peça e a anunciação de que naquela performance haveria nudez, críticas e ataques, inclusive físicos, foram inevitáveis.

O ponto em questão é que as parcelas, embora mínimas, que defenderam a exposição, classificaram-na como uma volta à Idade Média, rotulando o período por uma imagem precária e única, como uma volta a uma época que apenas houvesse repressões. Ao contrário do senso comum, a Idade Média não foi uma época repressiva, obscura e de extrema estagnação cultural, intelectual e econômica. Ademais, nosso trabalho guia-se pela necessidade da promoção e da compreensão da diversidade e riqueza que abarcam o período medieval, dado que infelizmente contamos com olhares obscuros que rondam as mentes dos indivíduos da nossa sociedade, negatividade essa cunhada durante a Época das Luzes e reforçada pelo consenso social.

São essas discussões em torno do corpo e da religião que geram controvérsias atualmente que norteiam a nossa pesquisa. A centralidade que o corpo abrangeu na Idade Média, seja voltado para a salvação ou para a perdição, e a universalidade da religião cristã, que não se limitou por parâmetros raciais, regionais ou de estamento, são pilares principais para a realização do nosso trabalho.

Analisaremos o imaginário social dos homens centro-medievais, suas representações diante do estigma negativo do corpo e até mesmo em relação à pregação da salvação, dado que a presença do desejo sexual e do Pecado Original se fez constante naquela sociedade, pois segundo Jean-Claude Schmitt (2014, p. 76), tudo no período medieval perpassa o Cristianismo, dado que o indivíduo daquele momento é um sujeito cristão.

Com o estudo histórico de textos (escriturários, narrativos, teológicos etc.) e de imagens podem ser colocadas algumas questões relativas ao corpo na Cristandade medieval, entendida aqui principalmente como o sistema das crenças, das doutrinas e das práticas rituais características de uma sociedade profundamente marcada pela ideologia cristã durante quase quinze séculos (SCHMITT, 2014, p. 305).

Marcus Baccega (2015, p. 284) argumenta que o imaginário é produtor de realidades e de hierarquizações de valores. Concordamos então que o imaginário é um “sistema que concede ordem à natureza, à sociedade e ao homem” (SCHMITT, 2014, p. 36), do trânsito entre elementos de determinadas parcelas culturais, que disputam entre si o controle do campo simbólico.

A partir do Pecado Original de Adão e Eva e o fim próximo, usados como justificativas para a regulamentação do desejo sexual, propiciou-se um poderoso domínio religioso sobre o social e ideológico dos homens medievais. Com a crença na proximidade do fim do mundo, exigia-se uma determinada pureza corporal e espiritual, uma vez que o sexo praticado livremente estava ligado ao Pecado Original, sendo ele negado e relegado às margens. Qualquer atitude contrária ao discurso religioso, ou seja, à práxis social esperada, também era colocada à margem da sociedade, pois a desobediência de Adão ao comer do fruto proibido, assim como a de Eva, transgride o paraíso e “é só através da desobediência que o homem deixa de ser a mera semelhança do seu criador” (COCCIA, 2015, p. 3). Nesse sentido, os males do orgulho carnal e o corpo são instrumento de salvação e marcas da cultura cristã medieval, embora ambos sejam sujeitos do Pecado Original. As consequências mais pesadas recaíram-se sobre Eva e para a posterioridade feminina, associada muitas vezes como bruxa, agente do Diabo e herdeira direta de Eva.

Nessa analogia, no que se refere ao período em questão, a negação ao corpo feminino, além de ter sido constante, garantiu o estigma de herdeira de Eva para a mulher medieval, discurso presente nos Padres da Igreja do Cristianismo dos primeiros séculos e em passagens bíblicas tais como: *I Coríntios 11, 7-7* ou *I Timóteo 2, 11*. Esses discursos foram passados de tempos em tempos e relidos na sociedade medieval, dado que a região mediterrânea em que floresceu o Cristianismo forneceu meios influenciadores a essa

negatividade da carne. Sendo assim, temos os males do orgulho carnal vinculado à figura feminina e à aversão ao feminino no Mundo Clássico como uma das marcas da sociedade cristã ocidental, segundo Stuart Clark (1994, p. 239).

Com a versão jeovista do *Gênesis* (2, 21-25), aceita pelos Patrísticos e medievais, acarretou-se para a figura feminina uma subordinação em relação aos homens, justamente por Eva ter sido criada da costela de Adão e não à imagem e semelhança de Deus. Esse argumento, segundo Howard Bloch (1991), fora defendido pelos principais expoentes da teologia cristã, Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino, fundamentando-se, assim, uma visão negativa acerca da mulher. Não encontramos somente em Agostinho ou em Aquino tais exemplos, mas sim durante toda a história cristã e anteriormente a mesma, em que temos nos médicos gregos Galeno e Sorano o testemunho contra o caráter positivo da mulher. Do mesmo modo encontramos nos textos dos filósofos como Platão e Aristóteles a negação da boa natureza da figura feminina e nos próprios Pais da Igreja, como Ambrósio de Milão, Jerônimo e João Crisóstomo. De fato, nos deparamos com uma persistência na perseguição às mulheres desde o início da era cristã até os dias atuais, em que a ordem da criação do mundo foi refletida na ordem social, estipulando lugares de fala e posições sociais para as mesmas, dado que assumiram todo o fardo da criação.

A Questão Sexual na Idade Média

Como dito, a questão sexual na Idade Média esteve envolta por inúmeras questões religiosas, dado que os representantes do Cristianismo desde os primórdios da era cristã adotaram uma postura negativa em relação ao desejo sexual sob influência da moral estoica. Ademais, o cerne da questão sexual extrapola os princípios religiosos, uma vez que o sexo era visto como um mal necessário para a reprodução das espécies, a partir da qual a verdadeira vocação humana seria a de transcender à carne, de renegar os desejos pecaminosos. No que tange ao Pecado Original, de Adão e Eva, a própria figura emblemática de Cristo não diz nada sobre, porém tal pecado é visto por Clemente de Alexandria e Santo Agostinho como o primórdio de um desejo sexual, de uma carne pecadora. Do mesmo modo, Santo Anselmo, arcebispo de Cantuária, relata em uma de suas orações que existe um mal em nosso meio, que estaria acima de todos os males: o desejo sexual, que sempre existiu e reside nos homens, sugando a força da alma.

Ainda no que se refere à regulamentação do desejo sexual, o celibato e a virgindade eram postos como as mais altas formas de vida pelos discursos religiosos do Alto Clero Latino, em que o casamento se encontrava em segundo lugar. A instituição do matrimônio

apenas era aceita contanto que se estabelecesse um casamento monogâmico e indissolúvel, também como forma de regular o desejo sexual. A Igreja tentava canalizar o sexo para o casamento e objetivava assim um controle sobre o mesmo, uma vez que no século IX na França, a Instituição religiosa realizou um processo de sacralização, tomando o controle sacerdotal sobre o casamento, realizado antes em âmbito familiar e agora na esfera religiosa. Tal sacralização impunha regras sobre a sociedade, sendo essas regras a de monogamia e a do casamento indissolúvel. Esta última, entretanto, passou por algumas modificações aos longos dos tempos, visto que já no século XII, a Igreja tinha total controle sobre o casamento, documentando todo o evento e estabelecendo regras para casar-se.

Pedro Lombardo, em 1150, passou a ver o sexo como uma obrigação no casamento, onde ambos os corpos do homem e da mulher pertenciam um ao outro, posto que a satisfação do desejo passou a ser vista como obrigação. O papel da mulher no casamento, e em toda a perspectiva tradicional, era de subordinada ao homem. Ela era tida, como já mencionado, filha e herdeira de Eva, fonte do Pecado Original e instrumento do Diabo, como nos discursos pregados pelos Padres da Igreja, em que a mulher era inferior ao homem e diabólica. Entretanto, pela Virgem Maria, a figura feminina passou a ser vista com outros olhos, tendo uma função enobrecedora, da virgindade e da maternidade.

No século XII, houve uma ampla discussão sobre o amor, discutindo-se os diferentes tipos de amor que existiam, como o amor entre os homens, o amor por Deus e o amor cortês. Ainda no século XII, fora feita uma compilação de leis, uma coletânea, que reforçou as leis da Igreja sobre o casamento, condenando o excesso de sexo. Contudo, mesmo com tais leis, o papel do sexo dentro do casamento continuou sendo debatido, e resultaram em três visões sobre o assunto. A primeira visão é a rigorosa, de Huguccio, em que o sexo até mesmo no casamento deveria ser enquadrado como pecado; a segunda, de Jean Gerson, diz que o sexo matrimonial serviria apenas para a procriação; e a última, de Tomás de Aquino e Alberto Magno, que expressavam que o sexo deveria ser integrado como parte do casamento, contanto que não fosse excessivo e apenas para a reprodução. (RICHARDS, 1993, p. 234). Tomás Aquino, em sua obra *Summa Theologiae* (1273), que é o resumo de toda a sua teologia, indaga que deveria existir amor na relação a dois, uma certa forma de companheirismo, entretanto, o sexo ainda é visto como extremamente negativo uma vez que praticado livremente, seja pelo prazer ou por vontade da carne pecadora.

Como forma de regulamentação interior do casamento e até mesmo da vida de solteiro, o sistema de confissões adotado pela Igreja medieval e conseqüentemente, as penitências, funcionaram como instituições centrais do poder religioso. Ambas garantiam o controle eclesiástico sobre a vida sexual do casal, dado que anteriormente ao período

medieval, as confissões eram realizadas como eventos públicos. Como método de auxílio aos padres na hora de estabelecer as penitências, foram preparados livros de penitências que julgavam toda gravidade de cada um dos pecados. Quando em 1215 as confissões se tornaram obrigatórias, no IV Concílio de Latrão, pelo menos uma vez ao ano originou-se uma nova safra de manuais. As penitências na maioria das vezes eram baseadas no jejum de pão e água e sem mencionar o fator da abstinência sexual. Havia uma hierarquização em relação às penitências, em que velhos, casados e clérigos recebiam as maiores penitências em relação aos jovens, solteiros e leigos, devido à responsabilidade e a maturidade. A outra hierarquia era referente aos atos cometidos, tendo no topo o incesto, seguido da sodomia, bestialidade, adultério, fornicação e masturbação. Incesto, sodomia e bestialidade recebiam penas mais altas de 15 anos.

Os penitenciais também voltavam a preocupação de suas questões aos modos de se realizar o ato sexual. O mais indicado era a “posição do missionário”, em que a mulher se encontrava por baixo, em uma posição de subordinação ao homem. As penitências englobavam também atos como sexo oral, anal, masturbação e qualquer outra posição sexual na qual a mulher se encontrava por cima do homem. Em relação ao sexo anal, existia uma comparação entre os homens e os animais, a Igreja pregava que sexo anal é realizado pelos animais, e os homens não deveriam se rebaixar a este ponto.

Nesse sentido, nota-se que a desobediência original transportou para a sociedade centro-medieval um imaginário de negação ao corpo, principalmente ao feminino, e a condenação de todo ato sexual praticado livremente, uma vez que a realização do ato sexual era permitida apenas dentro da instituição do matrimônio monogâmico e indissolúvel voltado apenas para o intuito da reprodução. Os deleites carnis e a satisfação de qualquer prazer foram extremamente condenados, uma vez que posteriormente ao IV Concílio de Latrão de 1215, outros manuais de confissões surgiram com o intuito de ensinar aos padres católicos a estipularem as penitências corretamente para cada tipo de pecado.

Para o historiador Jeffrey Richards (1993, p. 123), a sexualidade humana quando fora de controle desafia as normas estabelecidas. Em termos raciais, “O Outro” é definido como a antítese física do eu, a ameaça ao grupo, ou seja, existe uma necessidade de controle. Sendo assim, práticas abortivas, segundo os penitenciais de Burchard de Worms, eram culpabilizadas e geravam dez anos de penitência. Ainda em sua obra, *Decretum*, o bispo de Worms classificou os pecados sexuais de acordo com as suas gravidades. A masturbação recebia uma punição de dez dias a pão e água, assim como a fornicação com uma mulher não casada, por exemplo, com uma serva. A realização do ato sexual em posições não aceitas ou

quando a mulher se encontra grávida, recebiam a mesma condenação. Para Worms, esses pecados eram os menos graves.

Richards (1993) considera que as penas mais pesadas eram destinadas aos atos sexuais realizados entre membros da mesma família, mais precisamente entre irmãos; já a prática da sodomia e a bestialidade fomentavam em média quinze anos de punição a pão e água. Do mesmo modo que o bispo de Worms classificou a gravidade dos pecados, outros penitenciais e teólogos assim o fizeram. O incesto, a sodomia, a bestialidade, o adultério, a fornicação e a masturbação apareciam como os mais graves dos pecados em ordem decrescente. Tais penitências serviam como mecanismos de orientação aos padres nas horas de estabelecerem as punições, posto que objetivavam o controle dos homens e seus atos, assim como o cumprimento das normas e condutas que eram estabelecidas pelo discurso religioso da Igreja Católica medieval.

Como base para esses discursos, a Bíblia contém inúmeras passagens acerca do Pecado Original de Adão e Eva e sobre a desobediência de ambos. Em *Romanos 5, 18-19*, podemos observar que pela desobediência Adão se tornou pecador, assim como todos os homens que praticam atos contra a vontade de Deus e pela obediência todos os homens se tornarão justos. Em I *Coríntios 15, 21-22*, percebemos que os que acreditam e esperam pela volta de Cristo receberão a vida eterna e os que agiram como Adão, morrerão. Por fim, em *Filipenses 2, 8-9*, Cristo veio à terra e se manteve obediente à vontade de Deus até a morte para reparar o ato pecaminoso, como um gesto contrário ao de Adão.

Uma vez que o Pecado Original fora o primeiro ato contra a vontade de Deus, nunca removido ou apagado da natureza humana, todos os seres humanos nascidos posteriores a Adão e Eva nascem com a marca do pecado e morrem em pecado. Praticantes desses atos pecaminosos, segundo Tomás de Aquino em sua obra *Summa Theologiae* (1273), todos os pecados são contra a ordem ou vontade de Deus e contribuem para o afastamento do homem da presença divina.

*Mas, em contrário, pecado é o dito, feito ou desejado contra a lei de Deus. Ora, o dito, feito ou desejado distingue-se, especificamente, pelos objetos diversos, pois, pelos objetos é que se distinguem os atos, como já se disse (q. 18, a. 5). Logo, também os pecados se distinguem especificamente pelos seus objetos. SOLUÇÃO. — Como já dissemos (q. 71, a. 6), dois elementos concorrem na essência do pecado: o ato voluntário e a sua desordem, pelo afastamento da lei de Deus. Ora, destes dois elementos, um é relativo ao pecador, que intenciona praticar tal ato voluntário, em tal determinada matéria; o outro, i. é, a desordem do ato, refere-se, acidentalmente, à intenção do pecador, pois, como diz Dionísio, *ninguém pratica o mal intencionalmente*. Ora, é manifesto que cada ser se especifica pelo essencial, e não pelo acidental, porque este é estranho à essência da espécie. Por onde, os pecados se distinguem, especificamente, mais pelos atos voluntários do que pela desordem existente no pecado. Ora, os atos voluntários distinguem-se, especificamente, pelos seus objetos, como já demonstramos antes*

(q. 18, a. 5). Donde se segue que os pecados, própria e especificamente, se distinguem pelos seus objetos (ST, I-II, q. 72, a. 1).

A *Summa Theologiae* (1273), que é basicamente todo o resumo do pensamento aquiniano nos ajuda a compreender como se desenvolveu o estigma ao pecado ou a carne no imaginário do discurso centro-medieval, visto que Tomás de Aquino encontra-se como membro da cultura erudita, detentora do discurso religioso. Possuidora de todo o poder na Idade Média, uma vez que não houve ateísmo em tal período, a Instituição religiosa propagou um discurso de intolerância aos atos sexuais praticados livremente, dado que a não ordenação da sociedade prejudicava a volta de Cristo, ou seja, a impossibilidade da salvação de todos.

Claro, de um lado o corpo, na tradição monástica e ascética oriunda da Alta Idade Média, era verdadeiramente a “prisão da alma”, o lugar por excelência do pecado (o “pecado da carne”) e do vício (a luxúria), o vorto do pecado original, a presa favorita do diabo (nos sonhos, quando a vontade está adormecida; ou na possessão demoníaca, paradigma de todo ataque da doença) (SCHMITT, 2014, p. 310).

Esses discursos produzidos pela Instituição religiosa são forjados e não são neutros, pois produzem estratégias e práticas que tentam impor uma autoridade acima dos demais grupos, como fora a pregação da chegada do fim próximo na Idade Média, objetivando a promoção de uma ordenação dos corpos para que a parúsia³ pudesse se concretizar.

Em vista disso, toda sociedade tem uma hierarquia e é a partir dessa hierarquia, colocada aqui como reveladora, assim como pondera Jacques Le Goff (1977, p. 144), que podemos observar suas estruturas sociais e mentais. No que diz respeito à Idade Média, por detrás de toda a vida em âmbito social, segundo Marc Bloch (1939, p. 95), houve um fundo de primitivismo e submissão aos elementos considerados indisciplinados, sendo que, na vida terrena penetrava-se o sobrenatural constantemente. É esse medo em relação ao pecado, ao desconhecido ou até mesmo ao futuro que nos interessa, uma vez que tratamos de uma sociedade universalista e pautada em valores espirituais, em que a vida desses homens, a salvação e o fim último, estavam inscritas ou traçadas pelo plano teológico da época.

A *Bíblia*, assim como mencionado, em particular os livros de *São João* ou o *Apocalipse*, fora o ponto de partida dos clérigos e de suas reflexões, pois o tempo da experiência humana sempre pertenceu a Deus. Esse tempo bíblico e social é sempre em direção ao fim, linear, para o Deus dos cristãos. De fato, a religião medieval fora coletiva, vivida e sentida por todos, permeando-se na vida dos homens em seus sentimentos, pensamentos e condutas morais. O objetivo de unificar o mundo sob uma mesma fé, sob a

³ Crença na segunda vinda de Cristo à Terra para o Juízo Final.

hegemonia da religião cristã, era o esperado pelo Alto Clero Latino do medievo. Contudo, ao analisarmos a Idade Média Central, devemos considerar as rupturas presentes no contexto analisado, a partir da não retratação do recorte temporal como um bloco único, olhando as estruturas comuns entre as culturas e o acolhimento de características próprias de um grupo por outros, como fora a figura da mulher no período medieval, contraditoriamente considerada ao mesmo tempo como “Esposa de Cristo” e “Porta do Diabo”, respectivamente Maria e Eva, porém, nunca homogênea.

Legitimadores de determinadas condutas morais, esses discursos, como pondera o historiador Roger Chartier (1988), revelam sentimentos de um ou mais grupos mediante sua percepção do social. Essas representações do mundo aspiram à universalidade, embora não a alcancem, e são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Mediante essa constatação, temos nas lutas entre representações a base para entendermos os valores impostos por grupos sociais e é nessas representações que encontramos os jogos de hierarquização, a própria estrutura social e os mecanismos discursivos que tem por função o adestramento dos corpos, dos pensamentos e das práticas sociais que funcionam com o intuito de modelá-las para o ordenamento regular dos espaços.

Michel Foucault (1970), que trabalhou com estudos voltados para história das clínicas, do discurso, da sexualidade e dos loucos, em *A ordem do discurso*, argumenta que o discurso é uma rede de signos, ou seja, são ideias transmitidas por discursos anteriores, que por sua vez, se conectam com outros discursos atuais, como fora o caso do discurso religioso de negação propagado pela Instituição religiosa medieval. Esse discurso opera como um conjunto de fatos linguísticos ligados entre si por regras semânticas, sintáticas e pragmáticas de construção. Tanto o discurso, a própria palavra ou a enunciação, são jogos de relações de poder, que visam, nas representações dos receptores, a consolidação de leis, regras, normas e valores, tornando-se perigoso à medida que serve a restritos interesses.

Sendo o poder transmitido através do discurso, aquele ou aqueles grupos hegemônicos que dispõem de uma prática discursiva ou escrita, quando adquirem o exercício do poder em meio à sociedade impõem barreiras sobre determinados assuntos, como fora o caso da sexualidade, passando a exercerem uma função de vigilância ou de validação de regras e condutas sociais que limitam as circunstâncias e direitos perante os locais de fala. Dessa maneira, o discurso, além de ser uma prática social, torna-se objeto interno de desejo e de luta, uma vez que dele eclodem sistemas de dominações. Esses sistemas de dominações presentes nas práticas discursivas, garantem a essas parcelas o poder da exclusão, sendo uma luta interna pautada entre a razão e a loucura, como por exemplo, o louco ou o pecador na Idade Média. Exemplo maior dessa exclusão ou repressão

fora o moleiro da região de Friuli, Menocchio, ao difundir ideias contrárias à Sagrada Escritura, tais como a forjada criação do mundo ou a falsa virgindade do mito de Maria. Além dessas ideias defendidas por Menocchio, ele criticava os ricos que se escondiam atrás da língua latina e eram defendidos pela Igreja, que acabou sendo queimado em 1599, segundo Carlo Ginzburg (1988, p. 123). A própria função do discurso é a exclusão daquilo que o afronta.

De fato, o discurso eclesiástico da Baixa Idade Média esteve repleto de restrições à sexualidade quando praticada livremente. Além desse caráter não-binário dos discursos, as práticas discursivas não são contínuas, uma vez que temos, por exemplo, a tolerância em relação à *Homofilia*⁴ na Roma Antiga. Passando-se ao caráter da descontinuidade quando na época imperial, prevaleceu uma moral sexual que privilegiou o casamento apenas entre cônjuges de sexos opostos, tendo a aceitação do ato sexual apenas com o intuito da procriação. Ainda no Alto Império Romano, médicos e filósofos atuaram no sentido de promover uma moral sexual, inclusive abraçada pelo Cristianismo, inaugurando uma nova época na Europa, através de um sistema de representação moral e social entre o homem e o seu corpo, havendo um receio entre o ato sexual e o amor entre rapazes, dado que a relação entre dois homens passou a ser taxada como sodomia na Idade Média, juntamente com a sua proibição⁵.

Esses discursos de negação ao ato original perpassam toda a época cristã, alguns dotados de uma característica descontínua e outros fiéis à desobediência de Adão. O filósofo e teólogo Orígenes (185-253 d.C.), em sua obra *Homilias sobre o Evangelho de Lucas* (III d.C.), defende que “não há homem isento de pecado”. Novamente, a desobediência original fora responsável por corromper os princípios da natureza humana. Para Agostinho de Hipona, “tão grande foi o pecado por eles cometido que a natureza humana ficou deteriorada e com ela se transmitiu aos descendentes a sujeição do pecado e a necessidade da morte” (CD, XIV, I).

Assim como Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino disserta que Adão fora o responsável pelo surgimento da morte na natureza humana (ST, I-II, q. 86, a. 5), pois Deus não seria capaz de criá-la, ainda que tudo criado pelo divino fosse bom e perfeito (*Genesis* 1, 31).

Acidentalmente, quando remove um obstáculo; assim, como diz Aristóteles, quem arranca uma coluna move acidentalmente a pedra que lhe estava sobreposta. E deste modo, o pecado do primeiro pai é causa da morte e de todas as misérias do

⁴ Ato sexual praticado entre dois homens na Grécia Antiga, quando não pertencentes ao mesmo estamento e o membro do estamento mais alto como o ativo da relação.

⁵ Sodomia é a prática do coito anal seja entre dois homens ou entre um homem e uma mulher.

corpo em à natureza humana. Pois, esse pecado nos privou da justiça original, que continha sujeitas à razão, sem nenhuma desordem, não só as potências inferiores da alma, mas sujeitava também todo o corpo à alma, sem nenhuma deficiência, como estabelecemos na Primeira parte (q. 97, a. 1). Por onde, perdida essa justiça original, pelo pecado do primeiro pai, assim como a natureza humana ficou lesada na alma, pela desordem das potências, segundo já provamos (q. 82, a. 3); assim também se tornou corruptível pela desordem do próprio corpo. Ora, a perda da justiça original, como a da graça, constitui uma pena. Por onde, também a morte, e todas as misérias corpóreas consequentes, são penas do pecado original. E embora essas misérias não estivessem na intenção do pecador, foram, contudo, pela justiça punitiva de Deus. (ST, I-II, q. 184, a. 5).

Posto que o paraíso se caracterizava pela abundância e pelo deleite, após a queda, o homem passou a estar sujeito à morte, ao trabalho e ao sofrimento (*Genesis* 3, 16-18). Agora pelo pecado há uma necessidade de uma instituição reguladora, pois “a lei não é mais do que um ditame da razão prática” (ST, I-II, q. 91, a.1), visto que para Tomás de Aquino a dominação já existia no paraíso, entretanto houve a corruptibilidade da justiça original e o desvio da razão prática por parte de Adão e Eva (ST, I, q. 94, a.3; ST, I, q. 96, a.4).

Inscrita na ordem do irreparável, a desobediência original tem na queda de ambos do Jardim do Éden o seu efeito. Em seguida ao primeiro pecado, o ser humano torna-se massa de perdição e a sua alma se distancia daquilo que era o estado natural do primeiro homem. Adão e Eva perdem a beleza original, a imortalidade, o brilho e a sabedoria.

Pelo ato original de desobediência tudo mudou para toda a espécie humana, “Adão não se funda mais sobre uma natureza que a precede, mas determina o destino daquela. É só por isso que se inscreve na ordem do irreparável” (COCCIA, 2015, p. 13), realizando o “primeiro evento da história da humanidade, causa do fato de o homem conhecer a história, a desobediência, porém, é também a forma imediata de existência humana” (COCCIA, 2015, p. 3). A desobediência é a experiência do homem no mundo.

Para o apóstolo Paulo é só através da lei que o homem conhece o pecado, tanto que a primeira quebra de mandamento que o universo conheceu fora o Pecado Original de Adão e Eva.

Adão foi criado para a incorruptibilidade e para a vida; conduzia uma vida santa nas delícias do paraíso; a sua mente era continuamente direcionada à contemplação de deus o seu corpo estava na serenidade e na calma, sem desejos obscenos de gênero algum, visto que não existia nele tumulto de impulsos desordenados. Somente fazendo experiência da lei, Adão conheceu a desobediência, o mal, a ausência de felicidade (COCCIA, 2015, p. 325).

Contrariando todos os mandamentos e desejos de Deus, a desobediência de Adão liberou os desejos escondidos e a proibição de comer do fruto do conhecimento quando quebrada ocasionou para toda a espécie o desejo desenfreado.

Considerações Finais

O corpo no medievo, para o historiador Jacques Le Goff (2014, p. 22), é um paradoxo, uma vez que se é negado ao se associar com a carne pecadora, dado que se remete ao Pecado Original, e em contrapartida esse mesmo corpo é associado ao de Cristo, àquele que veio a mando de Deus e deu sua vida para apagar todos futuros pecados.

Corpo e alma no período medieval são indissociáveis, sendo esse pensamento de inseparabilidade já feito desde o Período Clássico por Aristóteles. A necessidade de uma união em completa harmonia entre corpo e alma era de extrema importância para que a salvação de todos pudesse se realizar e a parusia acontecer. Essa necessidade de uniformidade social exigia a realização do ato sexual apenas em dias propostos pela Igreja, de tal maneira que até a posição e a hora que se fosse realizado já estava pré-estabelecida.

Entendemos que a religiosidade ocupou um enorme espaço na vida dos homens da Idade Média, considerado um período em que não houve, de fato, um ateísmo relevante. Uma vez que Adão pecou, a centralidade espiritual transbordou-se para o corpo, dado que o uso desse mesmo corpo indicará o futuro do indivíduo, permeado pela aflição da salvação ou danação eterna, sendo que é através do discurso religioso medieval, influenciado pela moral estoica, que percebemos o caráter de negação ao corpo, principalmente ao feminino, e em relação às práticas sexuais praticadas livremente.

THE SEXUALITY IN QUESTION: THE ORIGINAL SIN OF ADAM AND EVE AND THE NEGATIVE CHARACTER OF THE SEXUAL ACT ACCORDING TO THE *SUMMA THEOLOGIAE* (1273), OF THOMAS AQUINAS

Abstract: The present work aims to discuss the aversion to the human body, to sexuality and to the sexual act. The latter, when not practiced for the purpose of reproduction, were regarded as negative consequences of the act of primary disobedience of Adam and Eve. Thus, we will analyze the contexts to which the pejorative character perpetuated itself, as some visions defended by the Fathers of the Church, presenting the Original Sin in the conception of Thomas Aquinas in his work *Summa Theologiae* (1273). When we examine the document, we situate it as an integral part of the dominant religious discourse of the central-medieval imagery, since they manifest contempt both to the female body and to the sexual act when practiced freely, considering them as paths leading to the removal of the divine presence.

Keywords: Sexuality; Body; Sin; Thomas Aquinas; *Summa Theologiae*.

Referências

Fontes Primárias

AGOSTINHO DE HIPONA. *Cidade de Deus*. Tournout: Brepols, 1955

ORÍGENES. *Homilias sobre o Evangelho de Lucas*. São Paulo: Paulus, 2016.

TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*. 2º ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

Bibliografia

BACCEGA, Marcus: *O sacramento do Santo Graal: Decifrando o imaginário medieval*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1939.

BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed, 1991.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 1988.

CLARK, Stuart. *Pensando com demônios: A ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna*. Oxford: University Press, 1997.

COCCIA, Emanuele. "Inobedientia" O pecado de Adão e a antropologia judaico-cristã. *Revista Signum*. Londrina, vol. 16, n.2, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

GINZBURG, Carlo. *I Benandanti. Stregoneria e a culti agrari tra Cinquecento e Seicento*. Turim: Giulio Einaudi Editore, 1966. (Trad. português: Os andarilhos do bem: Feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.)

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Éditions Gallimard, 1977.

LE GOFF, Jacques. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: As minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: ensaios de antropologia medieval*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOBRE O AUTOR

Pablo Gatt é mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Recebido em 02/04/2019

Aceito em 28/08/2019